



## **OS TUPINAMBÁ NA ILHA DO MARANHÃO: A RELAÇÃO ENTRE CULTURA MATERIAL, NATUREZA E ECONOMIA DOS INDÍGENAS SOB A ÓTICA DE CLAUDE D'ABBEVILLE E YVES D'ÉVREUX**

**Alexandre Guida Navarro\***

**Universidade Federal do Maranhão – UFMA**

[altardesacrificios@yahoo.com.br](mailto:altardesacrificios@yahoo.com.br)

**Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus\*\***

**Universidade Federal do Maranhão – UFMA**

[yuri\\_alhadeff@hotmail.com](mailto:yuri_alhadeff@hotmail.com)

**Karen Cristina Costa da Conceição\*\*\***

**Universidade Federal do Maranhão – UFMA**

[karencristinacosta@outlook.com](mailto:karencristinacosta@outlook.com)

**Adriana Dourado Oliveira\*\*\*\***

**Universidade Federal do Maranhão – UFMA**

[adriana.hst@hotmail.com](mailto:adriana.hst@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem por finalidade discutir e caracterizar a cultura material presente nas crônicas de Yves D'Évreux e Claude D'Abbeville, relacionando-a com o meio ambiente e com as estratégias de adaptação que estes utilizavam para obter os meios necessários à sobrevivência, também discute como este processo foi operacionalizado dentro da economia indígena. Dessa forma, inicialmente mostra-se como se deu o contato dos franceses com os nativos da Ilha do Maranhão, posteriormente elenca-se sua cultura material e a associa com o meio ambiente, para inferir como os artefatos foram produzidos a serviço de

---

\* Professor Associado II do curso de História e Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão e coordenador do Laboratório de Arqueologia (DEHIS/PPGHIS/LARQ). Bolsista de Produtividade do CNPq nível 2/Apoio de fomento: FAPEMA e CNPQ.

\*\* Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

\*\*\* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFMA). Colaboradora do Laboratório de Arqueologia (LARQ) da mesma universidade.

\*\*\*\* Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

atender uma economia de subsistência que estava ecologicamente bem adaptada e que atendia, portanto, aos interesses produtivos naturais dos Tupinambá.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tupinambá – Maranhão – Economia - Adaptação Ecológica - Cultura Material.

## **THE TUPINAMBÁ IN THE ISLAND OF MARANHÃO: THE RELATIONSHIP BETWEEN MATERIAL CULTURE, NATURE AND ECONOMY OF THE INDIGENOUS PEOPLE ABOUT THE PERSPECTIVE OF CLAUDE D’ABBEVILLE AND YVES D’ÉVREUX**

**ABSTRACT:** This article aims to discuss and characterize the material culture present in the chronicles of Yves D’Évreux and Claude D’Abbeville, relating it to the environment and the adaptation strategies that they used to obtain the necessary means for survival and how this process was operationalized within the indigenous economy. In this way, initially, we’ll show how the French came into contact with the natives of Maranhão Island, later, its material culture is listed and associate it with the environment, to infer how the artifacts were produced in order to serve a subsistence economy that was ecologically well adapted and that, therefore, met the natural productive interests of the Tupinambá.

**KEYWORDS:** Tupinambá – Maranhão – Economy - Ecological Adaptation - Material Culture.

### **INTRODUÇÃO**

A historiografia nacional já evidenciou variados discursos sobre os índios da Ilha do Maranhão, bem como o contato destes com outros povos, usando referências diversas da literatura, dos relatos, dos documentos administrativos e das iconografias de viagens, que apresentam desdobramentos filosóficos e morais que evidenciam o processo de conquista espacial e espiritual do território indígena (RAMINELLI 2000a, 2000f; LACROIX 2008; MEIRELES, 2015; NAVARRO e LIMA, 2012). Contudo, uma das principais fontes utilizadas para analisar atualmente as práticas e atuação dos nativos são as crônicas, embora nesses relatos encontram-se a “visão do outro” (TODOROV, 1987), em relação aos sujeitos deste estudo. E por meio de um estudo interdisciplinar com auxílios das pesquisas arqueológicas que se tornam fundamentais para a reflexão sobre a atuação indígena neste território, uma vez que não há fontes escritas pelos nativos. Apesar disso, analisa-se e chegar a uma das interpretações da história desses povos incorporando as crônicas a novas fontes e metodologias (RAMINELLI, 2000b; CARDOSO, 2011; NAVARRO, 2017; CONCEIÇÃO, 2019).

No século XVI, iniciou-se o processo de colonização portuguesa no continente americano, em que um dos territórios foi denominado de Brasil. Entretanto, essas terras

já eram habitadas por outros povos que, até então, os europeus desconheciam. Nesse contexto de “Descobrimento”, esses habitantes dos trópicos receberam o nome de índios (NAVARRO, 2009). Esse termo refere-se aos povos nativos da América, mas cabe lembrar que essa designação resultou “do equívoco de Colombo, que julgou ter chegado às Índias, e não a um novo continente, em 1492. Mas a palavra prosperou no imaginário ocidental”. Além disso, os “colonizadores inseriram os índios no imaginário cristão, classificando-os não a partir das tradições indígenas, mas do ponto de vista dos europeus” (RAMINELLI, 2000c, p. 304). A análise crítica sobre o termo índio e suas acepções colonialistas, portanto, já foram bastante estudadas na literatura (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, 2009; GRUZINSKI, 1988; LEÓN-PORTILLA, 1984; TODOROV, 1987; MONTEIRO, 1990, 1994; RIBEIRO, 1983; ALMEIDA, 2003). Esse processo seguiu nas mais variadas formas de violência física e cultural, bem como a usurpação de seus territórios.

Segundo Raminelli (2000d), no decorrer do século XVI, a França vivenciava uma crise sem precedentes. Os conflitos religiosos entre católicos e protestantes desestabilizaram a monarquia e impossibilitaram o desenvolvimento de um possível projeto estatal francês de expansão marítima. Os mercadores logo enviaram marinheiros bretões e normandos ao Oceano Atlântico e ao Brasil, para ampliar suas áreas de atuação comercial. Não respeitaram a jurisdição do Tratado de Tordesilhas<sup>1</sup>, navegaram por áreas proibidas e praticavam comércio ilegal. Para Lima (1981), essa conquista francesa foi em decorrência dos contatos que se vinham fazendo vinte anos antes. Esses contatos iniciais se deram:

[...] por Jacques Riffault com o chefe Potiguar Ibirapive, cacique de grande influência na região do atual Rio Grande do Norte. Animado pelo chefe índio, armou o pirata na França três naus, vindo desembarcar no Maranhão, em 1594. Aqui se estabeleceu, em muito boa paz com os nativos, mas, por esta ou aquela razão, ainda discutidas, retornou à sua terra, deixando em seu lugar o gentil-homem Charles Des Vaux. Des Vaux tratou de estreitar a amizade e captar a confiança dos gentios e, obtendo-a, viajou para a França, desesperançado do regresso de Riffault, ou porque se houvesse decidido a firmar, por sua conta, o domínio gaulês nestas paragens (LIMA, 1981, p. 51).

---

<sup>1</sup> “Assinada na pequena cidade de Tordesilhas, ao norte de Espanha, em 7 de junho de 1494, a **Capitulación de la partición del Mar Oceano** dividiu as zonas de influência dos países ibéricos em dois hemisférios, demarcados de pólo a pólo, cabendo a Portugal as terras “descobertas e por descobrir” situadas aquém da linha demarcada a 370 léguas a oeste de Açores e Cabo Verde, e à Espanha as terras que ficassem além desta linha” (HERMANN, 2000, p. 559, destaque do autor).

Os relatos dos capuchinhos Claude D'Abbeville e Yves D'Évreux são o que existe de mais detalhado sobre o Norte do Brasil, no período da conquista. Obermeier (2005) reconhece a importância dos trabalhos dos padres, no entanto os julga injustiçados, pois as suas obras durante muito tempo não foram valorizadas, dado a sua riqueza de detalhes sobre esse período histórico. Assim, Obermeier (2005, p. 13) apresenta partes inéditas dos livros não publicadas e acrescenta que “essa parte do país foi pouco conhecida, mesmo dos portugueses, porque a colonização do Brasil iniciou-se na parte central do país atual”. Desse modo, isso só reforça a potencialidade das crônicas dos capuchinhos para o processo de escrita de uma história dos indígenas no Maranhão.

Em 1612, os franceses desembarcaram ao Maranhão e estabeleceram “a França Equinocial e o forte de São Luís. A conquista não se dedicaria apenas temporal”, mas preocupavam-se também em “expandir a fé católica e contou com apoio dos missionários capuchinhos” (RAMINELLI, 2000d, p. 306). Neste contexto, a obra de Claude D'Abbeville História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, publicada pela primeira vez em 1616, descreve como foi a sua estadia no Maranhão, os costumes e hábitos dos índios, sob a sua ótica e a necessidade de conversão destes ao Cristianismo. Já o trabalho de Yves D'Évreux intitulado *Viagem ao norte do Brasil* feita nos anos de 1613-1614, narra as características naturais do Norte do Brasil e a maneira como os nativos agiam em situações cotidianas. Essas duas obras são importantes para o estudo da etnografia dos povos que habitavam a região do que atualmente corresponde ao Estado do Maranhão.

Esses livros escritos pelos capuchinhos fornecem muitas informações sobre a população indígena da região e sobre o aparecimento tardio de alguns grupos étnicos Tupinambás<sup>2</sup> naquela região vindos de Pernambuco, bem como o contato dos nativos com os franceses, e suas organizações política, cultural, social e economicamente. Diante disso, esse artigo inicialmente tratará sobre o contato dos franceses com os nativos da ilha do Maranhão, em seguida elenca-se os aspectos da cultura material relatadas por esses padres nas suas crônicas e, por fim, aborda-se a relação que os nativos estabeleciam com

---

<sup>2</sup> De acordo com 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953, aprovou-se a chamada “Convenção para a grafia dos nomes tribais”, com a finalidade de padronizar os termos usados pelos estudiosos. Sendo assim, utilizamos Tupinambá como etnônimo com a primeira letra maiúscula e no singular (Revista de Antropologia, vol. 2, n.º 2, 1954, p. 150 in Manual de Redação Oficial da Fundação Nacional do Índio, Brasília, 2016).

a natureza, provedora de seu sustento, na pretensão de busca-se tratar alguns aspectos sobre as dinâmicas econômicas desses indivíduos.

## **OS EUROPEUS E O CONTATO: ETNOGÊNESE E RELAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA**

A região norte do Brasil, até século XVII, permaneceu praticamente intocada pelos europeus, contudo, a chegada desses povos no atual território brasileiro marcou profundamente a vida e a história de variados grupos indígenas que já habitavam este território. Sabe-se que “o litoral brasileiro, da desembocadura do Amazonas até a Ilha de São Luís, era povoado por diferentes povos indígenas, destacando-se entre estes, os Tupinambá e suas subdivisões” (OLIVEIRA, 2001, p. 54).

No decorrer do processo de colonização, muitos indígenas foram exterminados, outros foram dominados e criaram meios de sobrevivência, adaptaram-se ao contexto que se apresentava a eles, mas também como atores ativos desse processo de negociação de sobrevivência a partir de uma forte identidade étnica (MONTEIRO, 1990). Todavia é importante ressaltar que a adaptação não ocorreu somente por parte dos nativos, os franceses também precisavam fazer uso de estratégias de convívio, para sobreviver em um espaço tão diferente do que já estavam habituados. Assim, afirma-se que houve uma fusão de crenças, hábitos e costumes de ambos os lados, uma troca de culturas. A esse processo dá-se o nome, a partir da Nova História Indígena, de etnogênese (MONTEIRO, 1990).

Nos finais do século XVI, durante o reinado de Maria de Médicis, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, obteve autorização real para realizar sua expedição para colonização do norte do Brasil, no intuito de fundar a França Equinocial, onde hoje se encontra a Ilha do Maranhão. Os capuchinhos franceses, Claude D’Abbeville e Yves D’Évreux, ambos buscaram, durante o tempo que estiveram na Ilha, descrever o que viam, evidenciando as características naturais, as esferas de interação cultural e material dos indivíduos daquela sociedade. Segundo Franz Obermeier (2005, p. 198), “os capuchinhos que estiveram na colônia do Maranhão de 1612 a 1615, sendo que D’Abeville ficou dois

meses e D'Évreux dois anos”<sup>3</sup>, durante a estadia eles buscaram descrever as singularidades do espaço por onde passavam.

Nesse cenário, aparecem constantemente nos relatos dos capuchinhos os Tupis<sup>4</sup> ou Tupinambás<sup>5</sup>; estes, segundo Bueno (2011, p. 12), “aliados dos franceses habitam, no século XVI, um território que ia de Bertioga a Cabo frio, do Recôncavo Baiano até a foz de São Francisco e nos setecentos viviam do Rio Grande do Norte ao Maranhão”. O capuchinho Claude D'Abbeville (2002) faz também uma leitura de quando possivelmente teria sido a chegada dos Tupinambás à Ilha de São Luís e acrescenta: “Havera sete anos [...] vendo que os índios Tupinambás que antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças [...] estes teriam trazido consigo alguns portugueses e a quantidade aproximada de dez mil homens, mulheres e crianças. (D'ABBEVILLE, 2002, p. 92).

No contexto do “descobrimento”, Raminelli (2000f) destaca que esses índios eram numerosos e estabeleciam-se em quase toda a área litorânea. Especulou-se que havia uma população de um milhão desses nativos antes do contato com o europeu. Decorrido esse processo, no final do século XVI, esse número reduziu para cerca de 189 mil índios. “Os tupinambás ou tupis não eram homogêneos, formando, segundo os cronistas, ‘nações’, ‘castas’ ou ‘gerações’ que frequentemente guerreavam entre si e se localizavam em pontos distintos do litoral” (RAMINELLI, 2000f, p. 566).

Em relação à quantidade de habitantes que viviam nas aldeias da Ilha de São Luís, o capuchinho informou que algumas “contam com 200 ou 300 habitantes, e outras 500 e 600, ora mais, ora menos, em toda a ilha existem 10.000 a 10.200 almas” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 188). Com relação às características das habitações, o Padre francês informou:

---

<sup>3</sup> D'Évreux ficou no Maranhão até o momento em que veio um novo grupo de missionários franceses. A colônia francesa não podia sobreviver muito tempo porque depois do casamento do rei francês Louis XIII com a princesa Anne d'Autriche em 1615, filha do Rei da Espanha, então soberano de Portugal e de suas colônias. A corte francesa não teve grande interesse numa colônia francesa no território brasileiro (OBERMEIER, 2005).

<sup>4</sup> Segundo Navarro e Lima (2012), sob a perspectiva da História, o termo tupi já estava sendo utilizado desde o século XVI para nominar os grupos indígenas do litoral de São Paulo e os falantes que habitavam todo o litoral. A partir deste período o termo foi se popularizando nos relatos dos cronistas, religiosos e viajantes. Estes grupos pertenciam a uma das famílias linguísticas denominada de Tupi-guarani, que é uma dentre as dez pertencentes ao tronco Tupi.

<sup>5</sup> Vale lembrar que o termo Tupinambá é usado para designar o conjunto de grupos tribais do tronco Tupi que entraram em contato com os europeus no Rio de Janeiro e na Bahia; e os grupos Tupi depois povoaram o Maranhão, o Pará e a Ilha dos Tupinambarana.

Suas aldeias, a que chamam oc ou taue em sua linguagem, não passam de quatro casas, feitas de paus grossos, ou de estacas, cobertas de cima até embaixo de folhas da palmeira chamada pindó (pindoba) que se encontra em grande abundância nos bosques, e bem dispostas, ou arranjadas na casa, resistem à chuva. Tem estas casas 26 a 30 pés de largura, e 200, 300, 400 ou 500 de comprimento, conforme o número de seus habitantes. São arrumadas em forma de claustro, isto é, em quadrado como a Praça Real de Paris, havendo no meio uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça no centro, formam uma aldeia, e como estas umas maiores e outras menores (D'ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Após a implantação da aldeia, a vida seguia tranquilamente, com plantio de mandiocas e batatas para o sustento, sendo que nas moradas “não têm separação alguma e por isso tudo se vê de uma extremidade a outra: apesar de tudo isso, não há aí confusão, porque cada pai de família vive em seu canto com sua mulher e filhos, escravos e móveis” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 265).

Os casamentos desses índios eram de preferência da forma avuncular (a sobrinha casava-se com o tio materno) ou entre primos cruzados. Os homens poderiam ter esposas em outras parentelas, mas deveriam prestar serviços aos familiares da noiva (pai, irmão, tio) antes e até depois do matrimônio. A prática da poligamia era recorrente, nada obstante, dependeria da capacidade dos indivíduos de operar como chefe de família, xamã, caçador, pescador, principalmente como guerreiro. A chefia apresentava-se de forma difusa e dependente da parentela, apenas os guerreiros, que tinham muitos genros e retinham os seus filhos na aldeia, estariam aptos para o exercício desse cargo. Essa função não era hereditária, alguns critérios eram postos, dependeria da bravura na guerra, da quantidade de mortos que se fazia nas batalhas e dos prisioneiros capturados (RAMINELLI, 2000f).

Nessas batalhas, a finalidade era “fazer cativo e não o interesse por bens ou disputas territoriais. A cultura tupinambá se pautava na vingança, no interesse de retaliar a morte de parentes em batalha ou nos rituais de canibalismo”. Desse modo, no ritual antropofágico, inimigo, além de morto, era consumido “pela tribo, estimulando uma confraternização que unia várias comunidades vizinhas para provar da carne e participar da vingança” (RAMINELLI, 2000f, p. 567).

Segundo Conceição (2016, p. 20), os tupinambás ficaram conhecidos, pois tiveram destaque na literatura de viagem elaborada por cronistas e viajantes que visitaram

o Brasil, no início da sua colonização. Essa literatura “apresenta imensa importância do ponto de vista histórico, etnográfico e sociológico”. Foi por meio desses registros, que se têm informações dos primeiros anos da colonização brasileira, bem como os “aspectos culturais, sociais, cosmológicos, em suma, dados preciosos da cultura – tanto na dimensão material, como na imaterial –, do jeito de ser tupinambá”.

A obra do capuchinho D’Abbeville torna-se relevante para os estudos desse contexto histórico, pois descreve a vida dos Tupinambás na chamada Ilha do Maranhão, os costumes dos povos que ali habitavam e das circunvizinhanças, a saber:

Devo fazer em primeiro lugar a descrição da dita Ilha, mormente quando nem a mencionam os geographos, que escreveram sobre o Brazil, e apenas tractam de um rio com esse nome, o qual não se encontra em todo o paiz, a não tomarem elles a enseada ou bahia do Maranhão por esse rio, ou por alguns outros, que nelle desembocam. [...] Tem esta bahia mais de 25 legoas de largura de ponta a ponta e mais 25 de diâmetros está situada próxima ao centro do Cabo das Tartarugas, e na fóz dos grandes rios da Amazonia, distantes estes pontos um dos outros algumas 225 legoas da costa do mar.[...] De embocam nesta bahia três bonitos rios [...] O primeiro rio do lado deste chama-se: Munin, tendo meio quarto de legoa de largura, e sua foz na distância de 40 a 50 légoas de sua nascente. O segundo, que está no centro, chama-se Tabucuru, tendo na sua foz meia légoa e seu curso de 400 a 500 legoas. O terceiro, chama - se Miary na distância de sua foz de 60 a 70 legoas sua nascente no Trópico de Capricornio (D’ABBEVILLE, 2002, p. 206).

Além desses rios e suas extensões, o capuchinho ainda apresenta outros rios, tais como: Maracu, Pinaré, Uiacup e acrescenta “esta ilha é a chave de todo paiz porque tem mais de 400 légoas de costa e por ela não se pode chegar a terra firme, nem ás nações que a habitam” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 206). Nota-se que os franceses viam nas Terras da Ilha do Maranhão um lugar em potencial para ser explorado, também estratégico para guerras. Por esse motivo, os gauleses buscavam diferentes mecanismos de adaptação, no intuito de conquistar inicialmente os nativos, para depois conquistar o espaço territorial.

Observa-se que após esse primeiro contato, o próximo passo dos franceses seria a compreender a organização e os aspectos naturais do Norte do Brasil, visto que objetivavam a exploração econômica dessa região. Por outro lado, não poderiam enfrentar ou guerrear com os nativos, e sim conquistá-los, isto é, trazê-los para juntos de si, até mesmo se protegerem do desconhecido. D’Abbeville (2002) registrou a localização de variados aldeamentos e as características das habitações, bem como a existência de mais alguns aldeamentos indígenas na região.



Para Raminelli (2000a, p. 244), no verbete *Frei Claude D'Abbeville* publicado no *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)* esse religioso “concebeu os índios como vítimas de caraíbas e demônios. Na busca da salvação, recorreu, por vezes, ao exorcismo”. Já os autores Torrrão Filho e Caires (2012), no artigo *A alma de uma cidade: natureza e cultura na França Equinocial na visão de Claude D'Abbeville*, apontam que antes do empreendimento da França Equinocial, os contatos com os indígenas tinham:

[...] a iniciativas comerciais adventícias e fragmentadas, de caráter informal, num modelo de relação que permitia certa continuidade da cultura nativa que, apesar de sensivelmente modificada pelos costumes exógenos, ainda mantinha sua estrutura básica de funcionamento. Essa situação se modificou bastante com a chegada do empreendimento colonial francês. O fato de haver entre os recém-chegados um grupo de quatro religiosos já aponta a natureza das novas relações pretendidas a partir daí. A cultura Tupinambá, até então tolerada – e mesmo emulada –, passaria a ser combatida e censurada, para que no lugar se implantasse o sistema de valores dos europeus (TORRÃO FILHO; CAIRES, 2012, p. 240).

Assim, para estes dois autores, a obra de Claude D'Abbeville é “a história do contato entre essas duas culturas, das tensões e negociações entre elas, do estranhamento mútuo, da incompreensão”. Contudo, revela também “a adoção de uma atitude cautelosa por parte dos franceses, de certo respeito inspirado pelo temor e pela constatação da fragilidade de sua posição” (TORRÃO FILHO; CAIRES, 2012, p. 240).

Rinaldi (2007) afirma que Claude d'Abbeville construiu “uma narrativa que justifica o projeto religioso a partir de uma “verdade” fundada nos princípios naturalistas, religiosos e filosóficos”. A pesquisadora ainda enfatiza que é a “palavra da autoridade religiosa, o erudito que leu, estudou e escreve sobre o Novo Mundo, mascarando por trás de um véu, um projeto maior mercantilista” (RINALDI, 2007, p. 78).

Os relatos de Claude D'Abbeville e Yves D'Évreux possibilitam refletir sobre como se deu esse contato entre dois povos tão distintos, uma vez que os Tupinambás que habitavam o norte do Brasil, no período da Conquista, eram extremamente organizados, social, política economicamente. No momento em que se deu o contato, houve uma fusão de conhecimentos, culturas, crenças e modos de vida, buscaram-se estratégias de adaptação entre ambas as partes, a negociação foi uma característica essencial nesse processo de relações culturais.

## CULTURA MATERIAL

Este item trata da cultura material dos Tupinambás, ou seja, os materiais criados e apropriados por esta sociedade, como a produção de cerâmica, ornamentos, ferramentas, instrumentos e utensílios, que foram mencionados na obra História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças (1614) do padre Claude D'Abbeville. Este livro contém as descrições de práticas culturais desses povos, e a partir da visão desse padre capuchinho tem-se uma perspectiva de como esses indivíduos se organizavam, como eram as suas aldeias, divisões de trabalho, alimentação e práticas culturais. Por isso, é significativo ter em vista o lugar social (CERTEAU, 2011) ocupado pelo autor dessa obra, que era de um religioso que veio ao Brasil para defender um projeto de evangelização pautado no Cristianismo Católico Apostólico Romano.

Nessa narrativa histórica, é importante destacar que as cerâmicas se apresentavam sob o formato de vasos, vasilhames, pratos, potes, e as suas confecções eram feitas pelas mulheres. Outros elementos também são citados pelo padre, como as redes, arcos e flechas, pinturas corporais, uso do fogo, pedras verdes e brancas, madeira, cesto, bebidas alcoólicas. A escolha, elaboração e o emprego desse conjunto de objetos se davam pelas matérias-primas disponíveis no cotidiano desses índios.

Segundo Raminelli (2000f, p. 566-567), entre os Tupinambás existia “uma clara divisão de trabalho entre os homens e mulheres”. Cabiam às índias os “trabalhos agrícolas, atividades de coleta, preparação de alimentos e utensílios”, enquanto “o grupo masculino ocupava-se de caça e pesca, construção das malocas, guerra e proteção”.

Sobre isso, Claude D'Abbeville (1945), ao tratar das mulheres, afirmou que tinham um maior número de funções diárias e domésticas no ambiente familiar, eram mais ativas que os homens, e estes eram muito preguiçosos e só pensavam em discursos e distrações. As índias cuidavam da casa, além disso, após limpas as roças e queimadas, davam continuidade no serviço, ao plantarem os seguintes alimentos:

[...] batatas, ervilhas, favas, e toda espécie de raízes, legumes e ervas. Também semeiam o milho, ou avati. Mas todo o seu trabalho consiste, entretanto, apenas em fincar o grão na terra dentro de buracos feitos com um pau. Plantam ainda as quatro qualidades de mandioca mencionadas. É verdade que seu trabalho não é grande, pois sendo os galhos dessas plantas muito tenros basta-lhes quebrá-los e fincá-los na terra. Mesmo sem cuidados especiais dão grandes raízes. Mas depois de quatro meses devem colhê-las para fazer a farinha. Cabe-lhes ainda

preparar o cauim, buscar água, fazer o necessário à alimentação e tomar conta da casa, no que não se ocupam os homens de modo algum [...] São as maranhenses que fazem o azeite de côco, que colhem o rucu, que o lavam e transformam em massa. Colhem também o algodão, descaroçam-no e preparam-no com destreza; fiam com muito engenho e tecem as rêdes, de malhas ou lisas por inteiro e com figuras artísticas tão perfeitas quanto os trabalhos dos nossos melhores tecelões. E fazem também faixas com as quais carregam os filhos ao pescoço (D'ABBEVILLE, 1945, p. 242).

Outro aspecto importante, nos relatos desse padre capuchinho, eram as produções variadas de recipientes de barro, os quais indicavam ter distintas utilidades, e eram:

As mulheres [que] fabrica[va]m também muitos vasilhames de barro de todos os formatos, ovais ou quadrados; uns semelhantes a vasos, outros a pratos, outros de feitio de terrinas, todos muito lisos e polidos, principalmente por dentro. Empregam certas resinas brancas e negras para vidrá-los por dentro e os enfeitam com figuras segundo a sua fantasia (D'ABBEVILLE, 1945, p. 242).

O outro padre, Yves D'Évreux (2002, p. 106) registrou que os hábitos nutricionais eram diversificados. A base alimentar era composta por farinhas de mandioca, cujo modo de preparo dependia da finalidade, uma menos cozida, Buy, consumida no dia-a-dia, e Kamkik, conhecida como farinha de guerra ou munição, bem cozida e consumida nas longas viagens de guerras. Menciona também que da mandioca aproveitava-se praticamente tudo: produziam mingaus, pães e bolos. Conforme o mesmo padre, utilizavam diversos utensílios na produção desses víveres: “panela, caldeirões, colher, cântaro, grandes potes, garrafas e copos” (D'ÉVREUX, 2002, p. 106-107). Além de servirem para buscar, armazenar, servir água e preparar bebidas fermentadas, tão largamente utilizadas nas cerimônias religiosas.

Das utilidades desses recipientes, segundo Conceição (2016, p. 69-70), os “recipientes cerâmicos entre os tupinambás servem uma larga variedade de funções: podem ser utilizados como utensílios em atividades tão diversas como cozinhar, armazenar, servir”. Regularmente, eram “confinados a usos domésticos, primordialmente funções utilitárias, mas é ao mesmo tempo um meio de expressão cultural e social”.

Claude D'Abbeville (1945) relata que a utilização de uma cuia feita pela planta da espécie *Crescentia cujete*, servia para colocar tinta para os índios pintarem os seus corpos, bem como um talo de uma palmeira pindó era usado como pincel, a saber:

Vê-se muitas vezes um rapaz de pé, com as mãos nas ancas e a seu lado uma rapariga ajoelhada ou de cócoras, com uma cuiá, ou cabaça, feita da metade de um fruto, na qual se coloca a tinta. Munida de um pequeno talo de pindó à guisa de pincel, cobre o corpo do rapaz com riscos retos como se fôsem feitos com régua; e procede tão hàbilmente quanto o faria um pintor (D'ABBEVILLE, 1945, p. 207, destaque nosso).

Claude D'Abbeville (1945, p. 225, destaque do autor) chamou de móveis caseiros as redes de algodão e destacou que cada índio possuía a sua. Tinham as cabaças que serviam para buscar água e havia “outras, cortadas pelo meio, pintadas de vermelho e prêto, que denominam cui (cuias), e que lhes servem de prato, de tijelas e de copos para beber; usam as menores à guisa de colheres”. Mencionou os cestos feitos de folhas “de palmeiras ou de pequenos juncos lindamente tecidos. Nêles guardam seus uaruá (espelho) e também seus pentes a que dão o nome de kevap”, os seus instrumentos cortantes como as “suas facas chamadas xê ou kessê, suas tesouras ou piraim e suas missangas ou bói, etc”. O viajante europeu em terras maranhenses também descreveu as panelas que eram utilizadas para cozinhar alimentos e faziam as bebidas alcoólicas (cauim), a saber:

Possuem muitas panelas grandes de barro, nas quais fazem o manipoi, e outros vasilhames grandes em forma de vaso, que podem conter de trinta a cinqüenta potes, e nos quais fazem o cauim. Trouxeram-lhes os franceses também caldeiras que êles denominaram nhaéssin, ou nhaepêpó e caldeirões, chamados nhaeiúve que constituem as mais belas peças de suas casas (D'ABBEVILLE, 1945, p. 226, destaque nosso).

Sobre esse episódio da produção de bebidas alcoólicas, o padre capuchinho, em outra passagem, narra como era esse processo de elaboração e cita o uso do caju, macaxeira, assim como levavam os vasilhames de barros ao fogo para cozinhá-los:

Se fazem o cauim durante o tempo dos cajus (que dura de quatro a cinco meses) tomam alguns dêsses frutos esponjosos e cheios de sumo e os expremem [...] Os índios que vivem sem se preocupar com o dia seguinte, depois de fabricar grande quantidade dê se vinho colocam-no dentro de belos vasos de barro que suas mulheres fazem para a solenidade e que são enormes e bojudos, porém de gargalo estreito e podendo conter, cada qual, de quarenta a cincoenta potes; cheios os recipientes, bebem sem cessar até esvaziá-los. Fora do tempo do caju, fazem outra bebida muito forte que chamam cauirn-etê. Apanham as mulheres raízes de macaxeira e as põem a ferver dentro d'água em enormes vasilhames de barro: Já bastante cozidas e moles, tiram-nas do fogo e deixam-nas esfriar um pouco; juntam-se em seguida as mulheres em torno dos recipientes, tomam as raízes e as mastigam para cuspi-las depois dentro de outros vasilhames de barro, com certa quantidade de

água proporcional à quantidade de bebida que desejam fazer. Misturam-nas então com levedura de farinha de milho miúdo ou comum e põem tudo a ferver mexendo sem parar até completo cozimento. Tiram então essa espécie de sopa espessa do fogo e enchem os vasos de colo estreito. Deixam a bebida assentar para tirar a bôrra, cobrem os vasilhames e guardam-nos até que se reúnam todos para caunar (D'ABBEVILLE, 1945, p. 237-238, destaque nosso).

Existia outro tipo de bebida produzida pelos índios em que usavam panelas de barro, tendo como ingrediente o milho:

Fabricam ainda outro tipo de vinho doce a que chamam caracu. É preparado com raízes de mandioca e mastigado como o precedente; juntada a farinha de milho e a água necessárias, fazem ferver tudo dentro de panelas de barro. Quando no ponto, essa bebida se torna um caldo espesso, parecido com sopa de leite ou de arroz. Fazem então assar algumas espigas de milho, mastigam os grãos e cospem-nos no líquido o que o torna mais claro e fluido, permanecendo entretanto ainda assaz espesso, porquanto não o coam de modo nenhum (D'ABBEVILLE, 1945, p. 238, destaque nosso).

O religioso francês aponta a existência de recipiente grande e que ficou admirado ao entrar em uma das cabanas dos índios, pois havia “uma cauinagem; no primeiro plano se achavam êsses grandes vasilhames de barro cercados de fogo e com a bebida fumegando” (D'ABBEVILLE, 1945, p. 239, destaque do autor).

No que tange as festas, segundo D'Abbeville (1945), havia uso de maracás, cachimbos e alucinógenos. Esses últimos eram feitos pelas mulheres antes da festa e guardados em vasilhame em suas cabanas, além disso, apreciavam os enfeites corporais, como pode se atestar:

Assim preparam os índios seu cauim e quando se aprestam para alguma reunião solene, como já disse, fazem suas mulheres, dias antes, grande quantidade (quinze a vinte) dêsses vasilhames e os guardam em suas cabanas. Os que devem comparecer ao festim reúnem-se todos no dia designado. Já na véspera, à noite, começam a preparar-se, vestindo seus mais belos adornos de penas de variegadas côres e dançando em tórno de suas casas, com seus maracás nas mãos, cantando e pulando sem cessar. Entrementes deitam as mulheres um pouco de fogo junto aos vasilhames, para esquentar o cauim que costumam beber mórno; em seguido é aberto o primeiro pote e se inicia imediatamente a cerimônia da cauinagem, de que participam homens e mulheres. Os velhos ficam deitados ou sentados em suas rêdes de algodão, com o cachimbo na mão e conversam; outros cantam, dançam e saltam com seus maracás, e as mulheres os acompanham pondo as mãos nos ombros dos maridos; e todos juntos fazem um barulho ensurdecador (D'ABBEVILLE, 1945, p. 238-239, destaque nossos).

A respeito de alguns costumes dos indígenas, o viajante francês notou que eram raros os índios que não utilizavam as orelhas furadas e “nelas penduram os brincos que lhes dão os franceses e são muito apreciados. Na falta destes, servem-se de ossos brancos muito polidos, de pauzinhos ou de qualquer outra coisa que lhes agrade”. Destacou que era “peculiar também um outro costume estranho: o de furar o lábio inferior” (D’ABBEVILLE, 1945, p. 214, destaque nosso). É interessante perceber que esses povos inseriam objetos em diversas partes de seus corpos. Um exemplo disso é quando:

Ao atingirem seus filhos a idade de quatro a seis anos, preparam os índios um festim (o cauim), para o qual convidam todos os parentes e amigos do menino, além de todos os habitantes da aldeia e circunvizinhanças. Depois de caunar bastante e de dançar durante três dias consecutivos, segundo seu costume, mandam vir o menino e dizem-lhe que lhe vão furar o lábio para que se torne um guerreiro valente e prestigiado. A criança assim encorajada apresenta espontaneamente o lábio, com satisfação e decisão; pega-o então o índio incumbido de furá-lo e atravessa-o com um osso pontagudo fazendo um grande buraco. Se o menino grita ou chora, o que raramente acontece, dizem-lhe que não prestará para nada, que será sempre um covarde, um homem sem coragem. Se ao contrário, como ocorre comumente, se mostra corajoso e forte, tiram da cerimônia bom augúrio e afirmam que será mais tarde grande, bravo e valente guerreiro (D’ABBEVILLE, 1945, p. 214, destaque nossos).

Quando se trata das mulheres, segundo D’Abbeville (1945, p. 215, destaque nosso), essas não furavam os lábios, mas “em compensação usam as orelhas estranhamente esburacadas”. Nesses buracos, colocavam “rolos de madeira da grossura de uma polegada e do comprimento de um dedo”. Mesmo que “tal costume lhes alongue fantasticamente as orelhas, sentem grande prazer em usar êsses brincos e se julgam tão lindas, com êsses rolos de madeira, quanto nossas damas com suas enormes pérolas e seus diamantes”.

## **MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E OS ARTEFATOS**

Os nativos possuíam as suas próprias formas de organização social, pautadas na cultura dos seus ancestrais. Os relatos dos capuchinhos evidenciam muito bem essa característica. D’Abbeville, ao descrever as aldeias, sugere como se dava o modo de organização desse cenário tal qual D’Évreux (2002).

As aldeias são repartidas em quatro malocas, todas elas comandadas por um morubixaba, quanto ao poder temporal, e um pajé-açu, ou seja, um feiticeiro, para as doenças e bruxarias. Cada maloca tem seu principal. Esses quatro principais obedecem ao principal de toda aldeia, e estes com os chefes principais de outras aldeias, obedece ao soberano principal de toda província. Cada maloca divide-se em duas partes subdivide-se em muitas moradas [...] Essas moradas tem mais ou menos três toesas [6 metros] de comprimento, entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. [...] a família divide-se em três partes: mulheres, filhos e escravos. Todos reconhecem o pai como chefe e é ele quem governa nas mais diversas atividades. As mulheres ocupam o segundo lugar na família; os filhos o terceiro; e os escravos o último. [...] os chefes das malocas, de manhã, levantam-se antes dos outros e, cada um, em sua maloca, dá duas ou três corridas de uma ponta a outra e declara a todos em vós alta o que deve ser feito (D'ÉVREUX, 2002, p. 202).

A cultura material obedecia a critérios de uma ecologia cultural, cuja exploração do ambiente visava uma utilização sem muitos excedentes econômicos (NOELLI, 1998). A organização da sociedade, quanto à administração dos recursos naturais, consistia em “não pode haver gastos supérfluos com a comida ou na casa, mas também nada pode faltar” (D'ÉVREUX, 2002, p. 203). O nativo conduz a vida respeitando os limites e cumprindo funções, tal qual a natureza e acrescenta:

O lar ideal é aquele em que se dá adequadamente o que comer, o que vestir e onde o trabalho é muito apreciado [...] a economia doméstica não passa de uma boa conduta da casa, cujo objetivo é abastecer a família em alimento e outras coisas indispensáveis, e especialmente zelar para que haja bom entendimento entre todos os membros da família, onde cada um deverá cumprir sua obrigação [...] tudo isso parece ter sido ensinado aos selvagens pela natureza, simplesmente, e não por alguma ciência adquirida (D'ÉVREUX, 2002, p. 203).

Florestan Fernandes (1963) propôs a organização social dos Tupinambás a partir do ecossistema em que se encontravam. O autor defende que:

A articulação dos elementos constitutivos da sociedade (integração sistêmica) e a forma com que o indivíduo era incorporado a essa estrutura (integração social) ajustavam-se numa totalidade descrita como tribo (FERNANDES, 1963, p. 16).

Esse autor continua a reflexão narrando o caso específico dos morubixabas, que eram “os principais daqueles selvagens, levados apenas pela natureza, não usam nenhuma imponência, palavra ativa e de comando; não desprezam os seus inferiores, escutam a opinião de todos que chegaram a idade de anciãos e não tampam os ouvidos para

ninguém, contudo, [...] antes de realizar qualquer tarefa necessitam da aprovação dos líderes” (D’ÉVREUX, 2002, p. 223), o que evidencia o respeito e a hierarquia da palavra da sociedade dos Tupinambás.

Os artefatos produzidos pelos Tupinambás faziam parte da organização da vida, hábitos e costumes, decorrentes da pré-disposição, dos recursos naturais e do bem-estar dos indivíduos. Nesse sentido, havia uma relação de reciprocidade, pois os nativos mostravam-se agradecidos mediante todas as dádivas que a natureza lhes oferecia, se a natureza lhe oferecia o peixe, o nativo agradecido cuidava e respeitava os rios.

No que se refere à divisão do trabalho, também se percebe uma organização e ordem nas práticas cotidianas, envolvendo a cultura material enquanto distinção social destas atividades:

O chefe da família preocupa-se com a parte de fora da casa, onde emprega seus filhos homens e os escravos homens. As mulheres encarregam-se da parte de dentro da casa e ali governam suas filhas e escravas. A ordem doméstica de dentro de casa consiste diversas atividades necessárias para se viver e nos utensílios próprios para se realizarem essas atividades sem que haja nada de supérfluo (D’ÉVREUX, 2002, p. 205).

Esse relato do capuchinho, mostra bem a divisão do trabalho entre homens e mulheres. Sabe-se que os primeiros eram caçadores, que dominavam várias espécies de plantas e animais. Enquanto as mulheres eram trabalhadoras, tecelãs, plantavam a roça com culturas da mandioca e do milho e, destes, faziam farinha e bebidas.

Os Tupinambás eram dependentes da natureza em todos os aspectos de suas vidas e possuíam consciência disso. A natureza guia física e cosmologicamente as atividades cotidianas, mediante o estado da natureza. Logo, percebe-se que o conhecimento dos nativos em relação à natureza e os recursos naturais, não eram somente relacionados à fauna e flora da Ilha de São Luís, mas também do cosmo, por onde guiavam suas condutas e festividades (LIMA, 2005). A cultura material era, portanto, uma resposta a este ordenamento cosmológico (NAVARRO; JÚNIOR, 2019).

Antes da chegada dos portugueses, os relatos dos capuchinhos evidenciam que a economia dos habitantes da Ilha do Maranhão possuía estruturas que as caracterizam enquanto atividades econômicas de categorias mistas, pois esses nativos desenvolviam a caça, a pesca, a coleta de plantas e frutos nativos, de ovos e filhotes de pássaros, a horticultura. Os capuchinhos afirmam que os Tupinambás não tinham uma cultura de



domesticação dos animais; entretanto, consumiam os animais de acordo com a sua propriedade física.<sup>6</sup> Na atividade agrícola, os relatos indicam que estes produziam mandioca, batata, ervilha, milho, legumes e algumas ervas. A cultura material foi produzida, portanto, para atender a esses interesses, como as panelas de barro utilizadas para o cozimento, como comentadas.

Uma atenção especial deve ser dada às mulheres, pois estas se destacavam na economia material da sociedade Tupinambá. D'Évreux (2002), ao se referir sobre o trabalho feminino, atribui diversas funções a elas, assinalando que eram encarregadas da extração e da colheita na agricultura, participavam na pesca e na construção da maloca, fabricavam a farinha, preparavam as raízes, teciam algodão e outras fibras, e faziam cerâmica. Além disso, eram responsáveis pelos serviços domésticos. Os homens, por sua vez, realizavam atividades específicas tais como: preparação de terras para a lavoura, morte de animais, pescaria, fabricação de instrumentos, obtenção de lenha e manutenção do fogo, proteção das mulheres, atividades guerreiras, dentre outras.

Portanto, quando os conquistadores chegaram, já se depararam com uma cultura bastante adaptada, ecologicamente falando, que desenvolveram uma forma peculiar de ocupação do território, criando referências para a demarcação do solo, definindo e identificando a maioria dos lugares como os rios, animais, árvores, plantas; enfim, tinham ocupado apropriadamente os locais neste imenso território, desenvolvido uma economia baseada no seu próprio sustento e fabricavam uma cultura material específica para estes propósitos, onde nada lhes faltava.

Diante disso, percebe-se que a economia dos Tupinambás girava em torno de sua subsistência, em retirar da natureza somente o essencial para manutenção de sua vida e de seus familiares. A produção de cultura material, em sua maioria de consumo de alimentos, atesta isto. Os agrupamentos indígenas não tinham intenção de explorar economicamente o Norte do Brasil, como foi o objetivo do grande empreendimento dos colonizadores que vieram para o Brasil nesse contexto.

A presença dos franceses no norte do Brasil modificou em longo prazo a relação sólida que os nativos haviam estabelecido com o meio ambiente, e, por extensão, com a natureza. Estes indivíduos eram extremamente organizados e estavam ecologicamente

---

<sup>6</sup> Os relatos dos capuchinhos evidenciam bastante além de uma variedade de espécies de pássaros, peixes, frutos e animais que eram encontrados. Isso evidencia as potencialidades das terras amazônicas.

bem adaptados. Todos os membros daquela sociedade, de crianças a anciãos, possuíam uma função previamente estabelecida que correspondesse às necessidades do grupo e à perpetuação da tradição dos antepassados.

Portanto, os relatos dos capuchinhos são essenciais para se pensar uma História dos índios no período da Conquista. Além disso, revelam a atuação ativa dos indígenas nesse contexto, rompendo com algumas interpretações tradicionais e pejorativas da historiografia em torno da figura dos índios e seu protagonismo na História e das potencialidades econômicas das terras do norte do Brasil.

Diante do exposto, infere-se que os registros de Claude D'Abbeville (1945) e D'Évreux (2002) oferecem perspectiva comparada do que foi o contato entre os nativos e os europeus no início do século XVII, sobretudo no que se refere aos Tupinambás. Esses povos já habitavam no Brasil quando os europeus chegaram aos trópicos, e viram os seus costumes, hábitos, as relações de trabalho, as suas moradias e aquilo que atualmente se chama de cultura material, isto é, a produção de cerâmica, ornamentos, ferramentas, instrumentos e utensílios, os quais os cronistas incluíram em sua crônica.

Esta inclusão não é meramente ilustrativa, ela revela, também, que faz parte do entendimento da economia natural indígena, uma vez que se tentava enquadrá-la dentro dos princípios mercantilistas europeus, que eram diferentes do *modus operandis* de sobrevivência e exploração do meio ambiente indígena (CHAMBOULEYRON, 2010).

Por meio da narrativa histórica dos padres, pôde-se perceber que os vasos, vasilhames, pratos, potes e as suas confecções, as suas produções faziam parte de uma economia de subsistência bem adaptada e com uma forte divisão social pelo gênero: o universo feminino cuidava da agricultura e confecção da cultura material, e os homens eram incumbidos da caça e pesca, construção das malocas, guerra e proteção das aldeias. D'Abbeville (1945) destacou também outros elementos, como as redes, arcos e flechas, pinturas corporais, utilização do fogo, pedras verdes e brancas, madeira, cesto, bebidas alcoólicas. Todo esse conjunto de elementos era feitos pelas matérias-primas presentes no cotidiano dos povos Tupinambás.

Muitos autores lançaram os seus olhares sobre a obra do padre francês e apresentaram um leque amplo de discussões a respeito dessas percepções sobre os tupinambás e o seu contexto histórico. Abordou-se a relação dos Tupinambás e a França Equinocial (1612-1614), viu-se que D'Abbeville (1945) ofereceu uma narrativa em que os franceses e os indígenas estabeleceram uma relação de negociação, e que isso foi

essencial para a sobrevivência de todos os agentes sociais envolvidos no processo cultural da Conquista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Editora FGV, 2003.

BOSCHI, Caio. **Catálogo dos Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. São Luís: FUNCMA/AML, 2002.

BUENO, Magali Franco. A natureza como representação da Amazônia. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 23, jan./jun. DE 2008.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, M. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, (2ª edição, 6ª reimpressão), 2009.

CERTEAU, Michael de. **A escrita da história**. 3 ed.; Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010.

COELHO NETTO, Eloy. **Geo-História do Maranhão**. São Luís, SIOGE, s.d.ilust, 1985.

CONCEIÇÃO, Karen Cristina C. da. **Cerâmica Tupinambá na Ilha do Maranhão: A Tradição Tupiguarani e as Narrativas Históricas**. 101 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2016.

CONCEIÇÃO, Karen Cristina C. da. **De feiticeiras diabólicas a auxiliares na empresa missionária: as atuações das mulheres Tupinambá no Maranhão franco-ameríndio**. São Luís: EDUFMA, 2019.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**; em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país. Tradução de Sergio Milliet. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1945.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças**. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'ÉVREUX, Yves de. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002.

DAHER, Andrea. A Conversão dos tupinambá entre Oralidade e Escrita nos Relatos Franceses dos Séculos XVI e XVII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial, 1612 a 1615**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

FUNAI. **Manual de Redação Oficial da Fundação Nacional do Índio**. Brasília: Dages, 2016.

GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HERMANN, Jacqueline. Tratado de Tordesilhas. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000b.

LACROIX, Maria de Lourdes L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LEÓN-PORTILLA, M. **Visión de los vencidos. Relaciones indígenas de la Conquista**. México: UNAM, 1984.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

LIMA, FLÁVIA PEDROZA. Tradições astronômicas tupinambás na visão de Claude D'Abbeville. In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 4-19, jan. | jun. 2005.

MARIZ, Vasco et al. **La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612 -1615)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. 5. ed. São Luís: Edições AML, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial. **Ler História**.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAVARRO, Alexandre Guida. A América Pré-Colombiana. In: LEITE, Rogério C. (Org.). **Memória e Altar**. Brasília: Ministério da Cultura/CPFL, 2009, p. 103-179.

NAVARRO, Alexandre. G.; LIMA, M. M. Eucaristia antropofágica: o caso de Hans Staden. **Politéia** (UESB), v. 12, 2012.

NAVARRO, Alexandre Guida. As cidades lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. **Diálogos** (On-line), v. 21, 2017.

NAVARRO, Alexandre G.; JÚNIOR, José de Sousa e S. **Cosmologia e adaptação ecológica**: o caso dos apliques-mamíferos das estearias maranhenses (no prelo).

NOELLI, F.; Brochado, J. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. São Paulo: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 8: 117-128, 1998.

OBERMEIER, Franz. Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho francês Yves d'Évreux Suite de l'histoire (1615) Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. **Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, jan-abr. 2005.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. A importância dos Tupinambá na formação da vila de Bragança – Estado do Grão Pará: 1740-1760. **Anais**. In. XIII Encontro Nacional de História -Anpuh, 2011.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RAMINELLI, Ronald. Frei Claude d'Abbeville. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000a.

RAMINELLI, Ronald. Frei Yves d'Evreux. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000b.

RAMINELLI, Ronald. Índios. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000c.

RAMINELLI, Ronald. Invasões Francesas. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000d.

RAMINELLI, Ronald. La Ravardière. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000e, p. 342.

RAMINELLI, Ronald. Tupinambá. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000f.

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983.

RINALDI, Lucinéa. **Cronistas de Viagem e Viajantes Cronistas: O Pêndulo da Representação no Brasil Colonial**. 107 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo - USP, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TODOROV, T. **La conquista de América: el problema del otro**. México: Siglo XXI, 1987.

TORRÃO FILHO, Amilcar; CAIRES, Daniel Rincon. A alma de uma cidade: natureza e cultura na França equinocial na visão de Claude D'Abbeville. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 57, p. 239-263, jul./dez. 2012.

VAINFAS, Ronaldo. Descobertas. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000<sup>a</sup>.

VAINFAS, Ronaldo. Jerônimo de Albuquerque. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

**RECEBIDO EM: 06/04/2020**

**PARECER DADO EM: 15/07/2020**



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)